

## Introdução

Sergio Schneider

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SCHNEIDER, S. Introdução. In: *A pluriatividade na agricultura familiar* [online]. 2nd ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. Estudos Rurais series, pp. 9-19. ISBN 978-85-386-0389-4. Available from doi: [10.7476/9788538603894](https://doi.org/10.7476/9788538603894). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/b7spy/epub/schneider-9788538603894.epub>.

---



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# Introdução

Este livro é o resultado de um trabalho de pesquisa que se iniciou em meados da década de 1990, primeiramente confinado a um estudo de caso no Rio Grande do Sul e, depois, estendido à comparação com outro caso no Estado de Santa Catarina. Seu tema, as atividades rurais não-agrícolas e o crescimento da pluriatividade das famílias de agricultores, é relativamente recente na literatura brasileira, tendo gerado, nos últimos anos, uma interessante controvérsia que vem alimentando os debates em eventos científicos e gerando profícuas pesquisas acadêmicas sobre o caráter da ruralidade brasileira. Entre os estudiosos, de um lado, há os que justificam seu desinteresse pelo tema respaldados em argumentos que sustentam que a combinação de múltiplas atividades no seio de uma família de agricultores seria uma característica antiga, praticada desde os tempos do fim do feudalismo, quando passaram a existir as formas familiares autônomas assentadas nas pequenas propriedades de terra, em condições que, mais ou menos, perduram até os dias de hoje. Os proponentes dessa tese argumentam que a novidade da ruralidade brasileira consiste no reconhecimento social e político do chamado “setor de subsistência”, formado por milhares de pequenos agricultores que teriam sua origem histórica como remanescentes do regime colonial e do escravismo, não tendo sido eliminados nem mesmo pela industrialização e modernização conservadora da agricultura, que, na década de 1990, foram contemplados com a universalização dos direitos previdenciários. De outro lado, há os que argumentam que a pluriatividade seria uma característica passageira ou transitória, que tenderia a desaparecer na proporção em que avançasse o processo de subordinação da agricultura e do mundo rural à dinâmica urbana e industrial da sociedade contemporânea. Argumentam que, no Brasil, ao contrário do que teria ocorrido na Europa, o recurso das famílias às atividades não-agrícolas representaria a busca de “empregos de refúgio”, dada a sua fragilidade social e econômica como agricultores e às melhores condições de remuneração oferecidas pelos setores não-agrícolas. Propugnam, por isto, maior esforço ao fortalecimento das atividades agrícolas como meio de inserção dos pequenos agricultores na economia.

Mas há também aqueles que se encantaram com as potencialidades da pluriatividade e das atividades não-agrícolas e seu papel no desenvolvimento rural, esquecendo-se de situar os lugares e os contextos em que estes processos puderam emergir e se desenvolver. Em geral, esses analistas cometem o pecado da generalização apressada e da associação sem mediações como o que transcorre nos chamados países capitalistas avançados ou desenvolvidos. Observando certas dinâmicas regionais ou territoriais, muitos pesquisadores acabaram salientando a capacidade empreendedora dos agricultores familiares pluriativos *vis-à-vis* aos demais.

Neste livro pretende-se contribuir com esse debate mais geral, procurando demonstrar que a pluriatividade não é um fenômeno marginal ou transitório, confinado a determinadas situações particulares, como também não representa um processo com tendência à generalização das atividades não-agrícolas para todos os grotões rurais do País. O que se pretende demonstrar é que a pluriatividade é uma característica típica dos processos de desenvolvimento em que a integração dos agricultores familiares à divisão social do trabalho passa a ocorrer não mais exclusivamente através de sua inserção nos circuitos mercantis via processos de produção agropecuários ou mesmo pelas relações de trabalho (assalariamento) em atividades exclusivamente agrícolas. A pluriatividade tende a se desenvolver como uma característica ou uma estratégia de reprodução das famílias de agricultores que residem em áreas rurais situadas em contextos nos quais a sua articulação com o mercado se dá através de atividades não-agrícolas ou para-agrícolas. Objetivamente, a pluriatividade refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura. Essa interação entre atividades agrícolas e não-agrícolas tende a ser mais intensa à medida que mais complexas e diversificadas forem as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem situados. Isto faz com a pluriatividade seja um fenômeno heterogêneo e diversificado que está ligado, de um lado, às estratégias sociais e produtivas que forem adotadas pela família e por seus membros e, de outro, dependerá das características do contexto em que estiverem inseridas.

Nos anos recentes, difundiu-se entre os cientistas sociais brasileiros a percepção da necessidade de repensar os temas agrários e o mundo rural, esforço este simbolizado pelo uso cada vez mais recorrente do termo ruralidade. Diversas razões informariam essa nova agenda de análise sociológica. Por um lado, o intenso processo migratório, que apenas nos últimos quarenta anos deslocou mais de 40 milhões de pessoas do campo para cidade, reduzindo a participação da população rural de 54,6%, em 1960, para 24,5%, em 1991, e para apenas 18,8%, em 2000. Por outro lado, argumenta-se igualmente que as próprias alterações produtivas da agricultura, decorrentes de

sua inserção plena na economia capitalista através da consolidação dos chamados complexos agroindustriais, teriam transformado os agricultores, em muitas regiões agrárias, em um grupo profissional como outro qualquer. Muitos pesquisadores perceberam nessas mudanças o fim da dicotomia rural-urbano e a unificação das relações campo-cidade como inequívoco sinal de esvanecimento do objeto de estudo da chamada “sociologia rural”, em virtude da rápida mudança das suas peculiaridades ou mesmo devido à perda de autonomia da agricultura, enquanto um setor produtivo específico. Portanto, o próprio desenvolvimento do capitalismo na agricultura estaria operando também um processo de homogeneização social e econômica dos espaços agrários, sendo citados como exemplos dessa superação a influência crescente dos meios de comunicação de massa e os novos padrões de consumo, que chegam aos rincões mais remotos do interior brasileiro. Em oposição a essa leitura, muitas vezes linear e esquemática, chegou-se a propor a instauração de uma sociologia dos processos sociais agrários, cuja proposta inicial, no entanto, também não teve maiores conseqüências práticas, até porque, nos anos recentes, muitos sociólogos brasileiros abandonaram essa perspectiva.

Assim, malgrado vários esforços, as novas possibilidades teóricas e metodológicas de interpretação sociológica do “rural brasileiro” não parecem ter sido inteiramente bem-sucedidas e suas proposições não se materializaram em rearranjos institucionais e reorientações para retomar o antigo vigor dos estudos rurais-agrários no Brasil, sendo notória a diminuição do número de centros de pesquisa que se dedicam a esses temas. Além disso, no terreno das abordagens teóricas, também não se descortinaram as ferramentas analíticas que, assim se esperava, surgissem ao longo da década de 1990. Em parte, talvez essa situação possa estar relacionada às mudanças estruturais que vêm ocorrendo no sistema nacional de ensino e pesquisa de pós-graduação, mas é provável que estes condicionantes institucionais não sejam suficientes para explicar a relativa paralisia de posicionamento das Ciências Sociais, no período recente, em relação às transformações que afetam as populações que vivem fora dos centros urbanos de alta densidade demográfica.

Todavia, evidenciar uma determinada situação, que, em larga medida, decorre de uma percepção relativamente subjetiva do estado da arte nesse campo do conhecimento, não implica um diagnóstico rigorosamente preciso e, tampouco, a indicação de alternativas fáceis ou proposições seguras de mudança. Na verdade, verifica-se que, na atualidade, o desafio intelectual exige reflexões não apenas sobre objetos de pesquisa e investigação dos cientistas, mas também sobre o próprio itinerário metodológico e o projeto teórico das

Ciências Sociais, que têm como alvo as sociedades rurais e suas transformações.

O esforço de pesquisa, materializado neste livro, não se arroga, por certo, à tarefa de indicar caminhos ou atalhos fáceis para essas reflexões mais gerais, mas pretende contribuir no sentido de reafirmar a necessidade de manutenção de um espaço próprio a uma tradição do pensamento social, brasileiro que se ocupa do estudo das relações sociais e produtivas do meio rural e da agricultura e das transformações políticas, culturais e simbólicas daí decorrentes. Nesse sentido, talvez seja coerente admitir uma certa dificuldade na definição do que seja a ruralidade atual e do modo de proceder para recortar ou construir os objetos próprios aos estudos rurais e agrários. Essa atitude, por certo, não implica um retorno às soluções apresentadas pela Sociologia Rural de extração funcionalista ou mesmo sua substituição por uma eventual “Sociologia do Rural” ou outra expressão qualquer que venha a ser utilizada apenas para demarcar terreno.

Como saída a esses impasses, parece ser válida a sugestão de Marcel Jollivet (1997), que aliás corrobora uma antiga, porém atual, sugestão de José de Souza Martins (1986), quando ressalta que o sociólogo que estuda “o rural” precisa compreender que o seu objeto não é delimitado pelo adjetivo de lugar, nem delimitado por um determinado espaço físico ou uma atividade produtiva (o espaço rural como lugar da produção agrícola), mas pelo próprio referencial epistemológico da Sociologia, como ciência que estuda as relações e interações sociais e suas transformações. Esse entendimento implica admitir que o rural constitui-se em um espaço onde transcorre uma teia de relações sociais, políticas, econômicas e culturais que precisa ser escrutinado por análises multidisciplinares que consigam responder à diversidade de formas e modos pelos quais se operam as transformações e as mudanças. Essa postura demanda a ampliação do diálogo da Sociologia com as outras tradições do pensamento social que estudam as sociedades rurais, como a Geografia e a Economia entre outras, o que pode auxiliá-la a romper com seu arraigado corporativismo disciplinar.

A partir desse esforço, talvez seja possível demonstrar que o mero fato do Brasil observar a rápida redução de sua população majoritariamente rural e ocupada em atividades agrícolas não implica que a Sociologia tenha perdido seu valor interpretativo. Mais do que isso, que, frente a esses processos, a Sociologia que se ocupa dos temas e objetos rurais e agrários teria perdido seu sentido. O fracasso analítico da Sociologia Rural somente poderia ser decretado se, como ciência social, tivesse sido incapaz de revelar e explicar as causas desse processo, sua natureza, seus mecanismos de evolução e suas características mais salientes. Como isso parece não ter ocorrido, sua pertinência e atualidade não podem ser desconsideradas.

Embora os objetivos deste livro sejam confinados a uma delimitação bem mais restrita e definida, que não avança pela seara da problematização epistemológica, é inegável que pretende aportar alguma contribuição, por modesta que seja, aos estudos sociológicos brasileiros que enfocam as sociedades agrárias e as populações rurais. Para tal, pretende-se construir essa contribuição à luz do debate atual e das reflexões centradas na diversidade e na complexidade da agricultura familiar nas sociedades contemporâneas.

Nesses termos, a reflexão se propõe a examinar as relações da agricultura familiar com a emergência e a consolidação das atividades não-agrícolas no espaço rural e a formação de unidades produtivas crescentemente identificadas com a pluriatividade das famílias rurais. Este trabalho agrega-se, portanto, às pesquisas que vêm sendo realizadas para aprofundar os conhecimentos sobre a agricultura familiar e suas possibilidades de desenvolvimento social e econômico no espaço rural. Nos anos recentes, vários cientistas sociais vêm dedicando seus estudos e análises às formas familiares (Newby, 1987, 1980). Esse trabalho intelectual tem sido desenvolvido sob variados focos, podendo-se extrair pelos menos dois ensinamentos. O primeiro indica a existência de diferentes estratégias sociais e econômicas através das quais as populações, grupos e indivíduos identificados com a agricultura familiar vêm viabilizando sua reprodução social e sobrevivência econômica nas sociedades contemporâneas (Fuller, 1990; Marsden, 1992). O segundo e maior aprendizado demonstra que, pelo menos nas nações mais desenvolvidas, o Estado tem sido o maior responsável pela manutenção de políticas públicas e formas de apoio à expansão e à consolidação das unidades que se organizam e estruturam com base no trabalho familiar (Abramovay, 1992).

Este livro situa-se no primeiro veio citado, alinhando-se às pesquisas cujo objetivo tem sido o de demonstrar os mecanismos e as estratégias que viabilizam, e em certos casos até ampliam e fortalecem, as formas familiares no campo. Como terreno empírico para o estudo dessas unidades familiares escolheu-se as regiões da Colônia Velha alemã, no Rio Grande do Sul (hoje composta pelas microrregiões do Vale do Sinos, Encosta da Serra, Vale do Caí e Vale do Taquari) e a região do Médio Vale do Itajaí, em Santa Catarina. Nessas regiões, parte significativa das unidades familiares não depende mais exclusivamente do trabalho agrícola para garantir o atendimento às suas necessidades e viabilizar sua reprodução social, pois ampliam o orçamento doméstico através do recurso às atividades realizadas fora da propriedade. Na maioria das vezes, são unidades que diversificaram suas fontes de renda e, além da agricultura, os membros da família exercem várias outras atividades, algumas inclusive em tempo parcial. Se anos atrás, os colonos recorriam esporadicamente aos trabalhos não-agrícolas, visando complementar as receitas da

propriedade, atualmente este fenômeno é permanente e representa muito mais do que uma mera suplementação de rendas.

Essa combinação permanente de atividades agrícolas e não-agrícolas, em uma mesma família, é que caracteriza e define o fenômeno denominado de pluriatividade, que tanto pode ser um recurso do qual a família faz uso para garantir a reprodução social do grupo ou do coletivo que lhe corresponde, como também pode representar uma estratégia individual dos membros que constituem a unidade doméstica. A pluriatividade também pode adquirir significados diversos e servir para satisfazer projetos coletivos ou como resposta às decisões individuais. Além disso, as características da pluriatividade variam de acordo com o indivíduo-membro que a exerce, pois tal processo social acarreta efeitos distintos sobre o grupo doméstico e sobre a unidade produtiva, de acordo com variáveis como o sexo ou a posição na hierarquia familiar de quem a pratica. O mesmo pode-se dizer das condições sociais e econômicas locais, do ambiente ou do contexto, em que ocorre a pluriatividade. Nesse caso, variáveis exógenas à unidade familiar, como o mercado de trabalho e a infra-estrutura disponível, entre outros, são fatores determinantes da evolução e tendências de tais fenômenos.

Essa delimitação da problemática social investigada, bem como as hipóteses que orientaram o itinerário da pesquisa realizada originalmente para a tese de doutoramento, defendida na UFRGS em 1999, fornecem o escopo da discussão teórica sobre o significado da pluriatividade. Na perspectiva aqui perseguida, a pluriatividade deve ser entendida como uma estratégia de reprodução social de unidades que se utilizam fundamentalmente do trabalho da família, em contextos nos quais sua integração à divisão social do trabalho não decorre exclusivamente dos resultados da produção agrícola, mas, sobretudo, através do recurso às atividades não-agrícolas e mediante a articulação com o mercado de trabalho. Nesse sentido, assim argumenta-se, embora integradas ao ordenamento social e econômico hegemônico, as formas familiares encontram espaços e mecanismos não apenas para subsistir, mas muitas vezes para se afirmar como uma forma social de características variadas e diversas em um regime capitalista.

A partir dessa compreensão, buscou-se verificar por que, no Brasil, os estudos sobre a agricultura familiar são ainda recentes, pois se iniciaram somente a partir de meados da década de 1990. É bem verdade que, muito antes desse período, haviam sido realizados estudos sobre diversas categorias sociais que operam segundo a natureza das formas familiares de produção e organização social. Contudo, uma leitura desses trabalhos indica que raramente os autores se referem a estas categorias como de agricultores familiares, expressão que passou a se generalizar nos últimos quinze anos no País. A chegada tardia das discussões e pesquisas sobre a agricultura familiar no Brasil pode ser entendida com base na identificação dos referenciais teóricos que inspira-

ram boa parte dos estudiosos, fortemente influenciados por aportes analíticos que mantiveram um excessivo apego às formulações clássicas em torno do problema agrário nacional e dos processos de formação e luta de classes sociais no campo.

Fora do ambiente acadêmico brasileiro, ao contrário, produziu-se, nos últimos vinte anos, uma vasta bibliografia a partir de diferentes correntes do pensamento social, que superaram esses limites e propuseram um profícuo debate sobre as razões e o sentido da persistência das formas familiares, estabelecendo, sobretudo, reflexões acerca das condições e dos obstáculos ao processo de desenvolvimento do capitalismo no campo. Essas discussões não permitiram apenas avançar na compreensão da inserção da agricultura familiar nas transformações capitalistas da segunda metade do século XX, mas também produziram uma crítica teórica e epistemológica à Sociologia Rural de inspiração funcionalista, da qual resultou a emergência da chamada Sociologia da Agricultura, a partir de meados da década de 1980.

No primeiro capítulo deste livro, empreendeu-se um esforço de síntese dessa trajetória, que pode ser entendida como uma tentativa de introduzir (embora alguns autores tratados e citados já sejam conhecidos no País) esse debate internacional no cenário brasileiro, ainda insuficientemente conhecido do público brasileiro. Embora seja uma revisão orientada pela contribuição de diferentes autores, o foco da análise concentrou-se nas formulações sobre o tema específico da agricultura familiar e, quando possível, sobre o papel e o significado da pluriatividade. A partir dessa leitura, são apontadas algumas críticas e limites à utilização desse arcabouço conceitual ao estudo da agricultura familiar em situações em que predomina a pluriatividade e o recurso às atividades não-agrícolas é de fundamental importância à reprodução social das unidades familiares.

Do ponto de vista teórico, este trabalho sustenta-se no pressuposto de que, para explicar e tentar compreender sociologicamente como operam as formas familiares nas sociedades modernas, deve-se entender os mecanismos e as estratégias pelas quais os indivíduos e as famílias que se organizam social e economicamente sob a égide da organização produtiva e social de caráter familiar viabilizam sua inserção na divisão social do trabalho. Nesse sentido, acredita-se que este esforço é significativamente distinto daqueles estudos que buscaram entender as formas familiares exclusivamente pelo papel ou função que exerciam no processo de acumulação de capital. Assim posta, a perspectiva analítica proposta revela sua afinidade com um certo enfoque proposto a partir da teoria social marxista. Nesse sentido, o esforço recai sobre a possibilidade de utilização da dialética como ferramenta teórica e metodológica que permite entender os processos de articulação, integração e exclusão das formas sociais que não assumiram as características



arquetípicas das relações capitalistas clássicas e que não apenas continuam a existir, mas parecem até mesmo estar em profusão em certos contextos, tal como é o caso das formas familiares na agricultura. Assim, a abordagem teórica que informa o estudo da agricultura familiar e da pluriatividade orienta-se pela análise dos processos sociais e econômicos que têm levado à articulação ou superação das formas familiares de organização do trabalho e da produção nas sociedades contemporâneas. Essas formas familiares incluem os agricultores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina que, no período recente, vêm vislumbrando novas estratégias de garantia de sua reprodução social e econômica sem que se tenha alterado sua característica fundamental, qual seja, seu funcionamento com base no trabalho da família. A questão que se apresenta, portanto, do ponto de vista da contribuição teórica deste estudo ao conhecimento sociológico, refere-se à elucidação dos mecanismos e das estratégias que explicam como essas unidades se relacionam com a sociedade e de que modo tais relações afetam e alteram a sua própria existência.

Como se percebe, embora seja um trabalho empiricamente delimitado sobre a pluriatividade das unidades familiares, pretende-se participar do debate sobre as questões que desafiam o pensamento sociológico contemporâneo, mormente as discussões em torno do modo como os indivíduos se relacionam com estruturas e processos societários, tão bem reportados no chamado debate micro *versus* macro referenciais sociológicos. Na verdade, pretende-se contribuir com a discussão travada pela sociologia crítica, na tentativa de explicar as mudanças que afetam as sociedades contemporâneas. Essa tentativa é ensaiada no segundo capítulo do livro, no qual são apresentadas as possibilidades analíticas oferecidas por autores da chamada Sociologia da Agricultura, como Terry Marsden, e o resgate de aspectos do modelo analítico proposto por Alexander Chayanov para estudar as unidades que se organizam com base no trabalho familiar.

Acredita-se que o próprio tema da pluriatividade e da agricultura familiar, conforme ressaltado por Fuller (1990) requer, por si só, alguns deslocamentos analíticos e a introdução de conceitos e unidades de análise multidisciplinares. Por essa razão, propõe-se utilizar a família rural como unidade de análise, separando-a, para fins heurísticos, em unidade de produção e grupo doméstico. Essa flexibilização da unidade de análise fornece uma solução analítica útil que permite explicar, comparativamente, o comportamento e as estratégias das famílias rurais e dos indivíduos-membros que as integram. Essa manobra heurística ou reconstrução sintética foi construída para que os conceitos analíticos e as perspectivas teóricas possam interagir sobre as instâncias empíricas observadas (o modo de ser e agir das famílias e dos indivíduos), desembocando naquilo que Florestan Fernandes (1980, p. 39) definiu como a fase final do processo de re-

construção da realidade nas Ciências Sociais: produzir “em primeiro lugar, uma representação analítica, uma reconstituição empírica pura dos caracteres e propriedades da realidade social [e], em segundo lugar, encará-la como representação sintética, como explanação descritiva e interpretativa da realidade social, mediante categorias universais do pensamento científico”.

A partir dessas orientações, a agricultura familiar e a pluriatividade serão analisadas, comparativamente, com base em dois estudos de caso, um deles focalizando a localidade de Padre Eterno Ilges (município de Santa Maria do Herval), no Rio Grande do Sul, e o outro a localidade de Braço do Sul, situada no distrito de Vila Itoupava (município de Blumenau), em Santa Catarina. O método é utilizado de duas maneiras: comparando-se os dois casos estudados diretamente, um em cada Estado, e comparando-se as famílias de agricultores com as famílias pluriativas, o que permitiu comparar não apenas as famílias entre os dois Estados, mas também em uma mesma localidade, entre famílias de agricultores e famílias pluriativas.

A organização final do livro divide-se em três eixos de análise e discussão da agricultura familiar e da pluriatividade. O primeiro deles, que é explicitado nos dois primeiros capítulos, ocupa-se do debate teórico e metodológico, cujo objetivo não é apenas uma revisão do estado da arte desses temas, mas também a apresentação de uma proposta de enfoque para a investigação empírica. O segundo eixo, desenvolvido no terceiro capítulo, tem como objetivo fundamental apresentar a relevância que vêm adquirindo as atividades não-agrícolas no espaço rural, nos países capitalistas mais avançados ou na América Latina e no Brasil, especificamente. Nesse capítulo, empreendeu-se uma pesquisa detalhada em fontes secundárias, especialmente a partir da consulta a dados estatísticos sobre o emprego rural (agrícola e não-agrícola) e sobre a pluriatividade, discutindo-se as transformações recentes da agricultura e da estrutura da ocupação da força de trabalho rural. No terceiro eixo, que abrange os capítulos 4 e 5, estão expostos os estudos de caso realizados no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Os resultados da pesquisa de campo são apresentados sob o foco de variáveis-chave, tais como a composição demográfica das famílias, a forma de uso da propriedade, os processos produtivos adotados, as rendas, entre outros ângulos possíveis, e são interpretadas a partir da utilização do método comparativo.

Além desses eixos gerais que permitem uma amarração interna ao trabalho, cada capítulo possui uma *rationale* particular, que pode ser expressa nos seguintes termos. No capítulo primeiro são discutidas algumas das principais abordagens da teoria social sobre a agricultura familiar e seu papel ou função no desenvolvimento do capitalismo. A indagação fundamental que se pretende responder nessa parte está relacionada à análise dos referenciais

analíticos que levaram autores como Mann, Goodman, Servolin, Friedmann, Lamarche, Gasson e outros, a oferecer respostas tão diversas acerca do significado, da racionalidade e do lugar social da agricultura familiar nas sociedades modernas.

No segundo capítulo, discutem-se as relações entre a pluriatividade e a agricultura familiar sob o ponto de vista teórico e conceitual. Inicialmente retoma-se o debate sobre o estatuto heurístico da pluriatividade e da agricultura em tempo-parcial. Apresentam-se os limites à utilização da noção de pluriatividade como um conceito, pois trata-se de noção que se refere mais a um conjunto de fenômenos ou formas de combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, que podem variar segundo o contexto e a situação histórica. Para operacionalizar esse deslocamento teórico e torná-lo útil à interpretação das situações concretas investigadas, sugere-se a eleição da família como a unidade de análise e a utilização do conceito de estratégia para analisar a pluriatividade e a agricultura familiar.

No terceiro capítulo, são apresentadas as transformações recentes da estrutura agrária contemporânea, dedicando-se atenção especial ao processo denominado de reestruturação capitalista e seus impactos sobre o espaço rural e agrário. Informa-se que uma das conseqüências da reestruturação é a emergência das atividades não-agrícolas na estrutura agrária das nações capitalistas desenvolvidas bem como da América Latina. Nesse capítulo, também são apresentados os dados sobre a dinâmica do mercado de trabalho rural e as ocupações em atividades agrícolas e não-agrícolas no Brasil e na região Sul. Esses dados resultam da participação do autor no Projeto Rurbano, iniciado em 1996 e coordenado pelo professor José Graziano da Silva, da Unicamp. Este projeto de pesquisa vem apresentando profícuos resultados sobre a dinâmica do mercado de trabalho rural brasileiro através da utilização das informações da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE.

A partir dos dados produzidos pelo Projeto Rurbano, no quarto capítulo do livro são analisadas as informações sobre a ocupação e a dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas da população economicamente ativa do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. Além dos dados secundários, também é apresentada uma análise das principais transformações da agricultura familiar nas microrregiões da Colônia Velha alemã, no Rio Grande do Sul, e do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, onde se realizou uma pesquisa de campo. Nas seções finais desse capítulo também são indicados os passos metodológicos, os procedimentos e as definições operacionais seguidos para o levantamento dos dados empíricos sobre a pluriatividade nos dois estudos de caso, localizados nas comunidades de Padre Eterno Ilges, no Rio Grande do Sul, e Braço do Sul, em Santa Catarina.

No capítulo final, são apresentados os resultados da pesquisa de campo sobre as famílias de agricultores e famílias pluriativas no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Optou-se por uma forma de exposição dos resultados consoante os marcos teóricos e analíticos sugeridos nos capítulos anteriores, especialmente o segundo. Assim, foram selecionadas variáveis-chave, expressas na divisão por itens, tais como a caracterização das famílias (ou o grupo doméstico), a caracterização da unidade produtiva (a propriedade, a forma de uso da terra e o processo produtivo), a forma de ocupação e alocação da força de trabalho e os rendimentos auferidos pelas unidades familiares de agricultores e pluriativas. Além disso, também se discute o modo de reação dos indivíduos que efetivamente exercem a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas frente à sua condição de pluriativos. Esse capítulo constitui-se em uma tentativa de demonstração empírica de como a pluriatividade opera no interior das famílias rurais e como as características demográficas dos indivíduos que formam essas unidades, bem como o contexto em que estão inseridos, influenciam nessa estratégia de reprodução familiar.

Ao leitor não escapará, por certo, que este livro representa a continuidade de um trabalho de investigação que se iniciou no final da década de 1980, quando se estudou a articulação promovida pelo processo de “industrialização difusa” do setor coureiro-calçadista gaúcho com a agricultura familiar (Schneider, 1994, 1999). Originalmente, este livro foi apresentado como uma Tese de Doutorado, defendida no final de 1999, junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS. No ano de 2000, a tese foi agraciada com o Prêmio José Gomes da Silva de Melhor Tese de Doutorado em Sociologia Rural, conferido pela Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (SOBER) e, no ano de 2001, obteve o 2º lugar no Prêmio Mérito Agrário, conferido pelo Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), órgão ligado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário do Governo Federal. Este livro constitui-se em versão modificada e reescrita da tese original. Tendo em vista o decurso do tempo, algumas partes foram inteiramente suprimidas e outras acrescentadas, procurando adequar o livro ao pensamento atual de seu autor sem, no entanto, descaracterizar o trabalho original.